

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.584.428 - RJ (2019/0279077-8)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE : GERALDO ANSELMO ROCHA**  
**REPR. POR : GERLAINE TEIXEIRA ROCHA - CURADOR**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**AGRAVADO : MUNICIPIO DE NOVA FRIBURGO**  
**PROCURADOR : ALEXANDRE VICTOR FERREIRA E OUTRO(S) - RJ071058**  
**AGRAVADO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADOR : PEDRO GUIMARÃES LOULA E OUTRO(S)**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Geraldo Anselmo Rocha contra decisão que inadmitiu o recurso especial (e-STJ, fls. 340-342).

O mencionado apelo extremo foi interposto com base no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em oposição a acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro assim ementado (e-STJ, fl. 243):

APELAÇÃO CÍVEL - DIREITO CONSTITUCIONAL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - SAÚDE PÚBLICA - PORTADORA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL, ARITMIA CARDÍACA, ESTENOSE VULVAR AÓRTICA, INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA, EPISÓDIO RECENTE DE AVC, HIPOTIROIDISMO PRIMÁRIO, TRANSTORNO DEPRESSIVO E TRANSTORNO DE HUMOR (CID EN03, F32, F34) - DEFERIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA - SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA.

GARANTIA CONSTITUCIONAL E DEVER COMUM DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS - ENUNCIADO 65 DO TJ/RJ - APELO DA PARTE RÉ - PRETENSÃO DE REDUÇÃO DOS HONORÁRIOS DA SUCUMBÊNCIA - CENTRO DE ESTUDOS DA DEFENSORIA PÚBLICA - *QUANTUM* FIXADO EM VALOR MUITO ALÉM DO PATAMAR APLICADO POR ESTA CORTE DE JUSTIÇA - VALOR ARBITRADO EM R\$ 1573,20 QUE MERECE SER REDUZIDO PARA O EQUIVALENTE A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ENUNCIADO 27 DO AVISO TJ/RJ 94/2010 - TAXA JUDICIÁRIA - CONDENAÇÃO - POSSIBILIDADE.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 283-291).

Alega o recorrente afronta ao art. 1.022, II, do CPC/2015. Argumenta que a Corte local não se manifestou sobre a obrigatoriedade de aplicação dos critérios objetivos para a fixação dos honorários advocatícios, previstos no art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015.

Aduz ofensa ao art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015. Sustenta, em síntese,

# Superior Tribunal de Justiça

que, em obediência a esse dispositivo legal, os honorários advocatícios devem ser fixados em, no mínimo, 10% do valor da causa.

É o relatório.

Ultrapassados os requisitos de conhecimento do presente agravo, passo a examinar o recurso especial.

Há contrariedade ao art. 1.022, II, do CPC/2015, pois a Corte local foi omissa quanto à alegação de que, no presente caso, sendo parte a Fazenda Pública, para a fixação dos honorários advocatícios é obrigatória a aplicação dos critérios previstos art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a parte deve vincular a interposição do recurso especial à tese de violação do art. 1.022 do CPC/2015 quando, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, o Tribunal *a quo* se mantém em não decidir questões que lhe foram submetidas a julgamento, por força do princípio *tantum devolutum quantum appellatum*, ou, ainda, quando persista desconhecendo omissão ou contradição arguida como existente no *decisum*.

Por estar configurada afronta ao disposto no art. 1.022, II, do CPC/2015, impõe-se a decretação de nulidade do acórdão que apreciou os embargos de declaração, a fim de que os vícios sejam sanados.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ISS. ART. 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO. OMISSÃO EXISTENTE. SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA. QUESTÃO RELEVANTE. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM.

I - A parte recorrente alegou, na petição dos aclaratórios na origem, a necessidade de averiguação da natureza do software comercializado pela empresa, se produzido de forma personalizada ou em grande escala (massificada).

II - Apesar de instada a se manifestar, a Corte local não analisou a relevante questão suscitada pela parte recorrente.

III - Caracteriza-se, portanto, ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 quando a Corte de origem deixa de se pronunciar a respeito de questões essenciais ao julgamento da lide, as quais poderiam, em tese, levar a resultado diverso.

IV - Não caracteriza revolvimento do acervo fático-probatório o provimento do recurso especial em razão de violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

V - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.068.039/RJ, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 8/8/2017, DJe 17/8/2017)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEFICÁCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. OMISSÃO CONFIGURADA. TESE RELEVANTE.

1. Ação ajuizada em 17/01/2013. Recurso especial interposto em 24/11/2016

# Superior Tribunal de Justiça

e concluso ao gabinete em 07/04/2017. Julgamento: CPC/15.

2. O propósito recursal consiste em decidir se: i) há omissão acerca do litisconsórcio passivo necessário entre a sociedade falida e os beneficiários do negócio cuja ineficácia foi pleiteada (violação do art. 1.022, do CPC/15); ii) se foram cumpridos os requisitos para declarar a ineficácia do negócio jurídico, ainda que ausente prejuízo à massa falida (violação do art. 129, II, da LRF).

3. Há ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o Tribunal de origem deixa de se manifestar expressamente sobre questão suscitada nos autos e relevante para o julgamento da causa.

4. Recurso especial provido.

(REsp 1.663.902/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/9/2017, DJe 15/9/2017)

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. OCORRÊNCIA. OMISSÃO EVIDENCIADA. ACÓRDÃO RECORRIDO ANULADO.

[...]

2. O acolhimento de recurso especial por violação ao art. 535 do CPC/1973 pressupõe a demonstração de que a Corte de origem, mesmo depois de provocada mediante embargos de declaração, deixou de sanar vício de integração contido em seu julgado.

3. Hipótese em que o Tribunal *a quo*, ao julgar os aclaratórios, permaneceu omissos quanto à alegada aplicação da limitação temporal ao creditamento de ICMS, prevista no art. 33, I, da Lei Complementar n. 87/1996.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 469.581/RJ, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/9/2016, DJe 19/10/2016)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "c", do RISTJ e a Súmula 568/STJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, a fim de anular o acórdão dos embargos de declaração e determinar o retorno dos autos à Corte de origem para que se manifeste, expressamente, a respeito do quanto alegado nos aclaratórios.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator